

# EDUCAÇÃO INFANTIL, RAÇA E GÊNERO: COMO AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS ESCOLARES AFETAM A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE MENINAS NEGRAS

Micale Carla Honório de Oliveira<sup>1</sup>

Maria Eduarda dos Santos Ferreira<sup>2</sup>

Letícia Clélia Da Silva Mendonça<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

A infância é um momento decisivo na constituição das subjetividades, sendo marcada por um intenso processo de socialização e construção identitária, é esse período que a criança começa a se perceber no mundo a partir das relações que estabelece com o outro e com as instituições que a cercam, sendo a escola um dos primeiros e mais influentes espaços desse processo. Para meninas negras, no entanto, as experiências escolares frequentemente são atravessadas por dinâmicas de exclusão, invisibilização e desvalorização de suas identidades raciais e de gênero, essas vivências não são apenas experiências isoladas, mas refletem a estrutura desigual da sociedade brasileira, marcada por séculos de escravidão, colonialismo e racismo institucionalizado.

Quando adentramos a discussão sobre o papel da educação infantil na formação identitária, é necessário partir de uma análise interseccional, que leve em consideração como raça, gênero e classe operam de forma articulada na produção das desigualdades sociais. A escola, em muitos casos, ao invés de representar um espaço de acolhimento, respeito e valorização da diversidade, torna-se um ambiente hostil, que reforça normas eurocêntricas de beleza, comportamento e saber. Essa realidade tem consequências profundas, tanto no aspecto subjetivo, como a baixa autoestima e o sentimento de inadequação, quanto no desenvolvimento educacional e social dessas crianças.

De acordo com Gomes (2003), as representações sociais construídas em torno do

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN, [micalehonorio.pedagogia@gmail.com](mailto:micalehonorio.pedagogia@gmail.com).

<sup>2</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN, [maria.ferreira.016@ufrn.edu.br](mailto:maria.ferreira.016@ufrn.edu.br);

<sup>3</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN, [leticia.clelia@gmail.com](mailto:leticia.clelia@gmail.com).

corpo negro e do cabelo crespo são incorporadas desde cedo pelas crianças negras, influenciando diretamente a forma como se veem e como são vistas pelos outros. A escola, enquanto instituição social, contribui na consolidação dessas representações quando falha em reconhecer e valorizar a diversidade étnico-racial e cultural. A ausência de referências positivas nos livros didáticos, a escassez de docentes preparados para lidar com a diversidade e a naturalização de práticas discriminatórias entre colegas e professores são fatores que dificultam o processo de construção identitária positiva das meninas negras.

Nesse sentido, Sueli Carneiro (2005) introduz a ideia de "epistemicídio" para nomear a sistemática negação dos saberes e das existências negras nos espaços escolares. Tal conceito nos permite compreender que a escola não é apenas um espaço de aprendizado formal, mas também um campo de disputa simbólica, onde certos corpos e conhecimentos são legitimados enquanto outros são silenciados. O epistemicídio, nesse contexto, atua como um dos dispositivos centrais do racismo estrutural na educação brasileira, impactando diretamente a constituição da identidade das crianças negras.

Além disso, é preciso destacar que as experiências de racismo na infância não se limitam a eventos explícitos de ofensa ou violência verbal. Elas se manifestam também por meio da ausência: ausência de representatividade, ausência de escuta, ausência de acolhimento e, sobretudo, ausência de pertencimento. A escola que não reconhece a cultura afro-brasileira como parte constitutiva da história nacional contribui para a formação de um sentimento de não lugar entre meninas negras, dificultando sua afirmação enquanto sujeitos de direitos, saberes e potência.

Portanto, refletir sobre a construção identitária de meninas negras na educação infantil exige um compromisso ético, político e acadêmico com a transformação das práticas pedagógicas, das políticas educacionais e da formação docente. É necessário romper com a lógica da neutralidade e da homogeneização para dar lugar a uma educação que reconheça e valorize a diversidade como elemento constitutivo da experiência humana e como princípio orientador de uma pedagogia antirracista, decolonial e libertadora. A infância não pode ser compreendida como um tempo neutro, desprovido de marcas sociais e históricas, mas sim como uma etapa fundamental onde se decidem os caminhos possíveis da subjetivação.



Neste trabalho, partimos da premissa de que as primeiras experiências escolares vivenciadas por meninas negras são determinantes para a formação de sua autoimagem, de seus projetos de vida e de sua inserção social. Ao analisar criticamente os mecanismos escolares que favorecem a exclusão e o apagamento dessas identidades, buscamos também apontar caminhos para a construção de uma escola que seja, de fato, inclusiva, acolhedora e promotora da equidade racial e de gênero desde a educação infantil.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho baseia-se em uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, voltada à análise crítica de produções acadêmicas sobre infância, raça, gênero e educação. O objetivo foi compreender como as práticas escolares, desde a educação infantil, contribuem para a construção ou a negação da identidade de meninas negras. A abordagem escolhida permitiu articular diferentes campos do saber de forma interdisciplinar, ancorando-se em uma perspectiva interseccional que reconhece a multiplicidade de opressões vividas por esse grupo.

A seleção do referencial teórico priorizou intelectuais negras como Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes e Fúlvia Rosemberg, cujas obras oferecem importantes contribuições para pensar o racismo estrutural e suas implicações no ambiente escolar. Conceitos como epistemicídio, ausência de representatividade, corpo negro, neutralidade curricular e racismo institucional foram adotados como categorias de análise, permitindo identificar os mecanismos simbólicos e institucionais que operam na reprodução das desigualdades.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises realizadas a partir de autoras como Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes e Fúlvia Rosemberg revelam que a escola exerce um papel ambíguo na vida de meninas negras. Embora tenha a missão de promover o desenvolvimento integral das crianças, ela frequentemente reproduz um modelo pedagógico eurocentrado e excluente. A ausência de referências positivas sobre a população negra no currículo e a invisibilização de manifestações culturais afro-brasileiras contribuem para a negação simbólica dessas identidades. Desde os primeiros anos, meninas negras percebem que

seus corpos e saberes não são valorizados, o que compromete a construção de uma autoimagem positiva.

Essa negação se manifesta especialmente na estética. Como aponta Nilma Lino Gomes (2003), o cabelo crespo, os traços negroides e a cor da pele são alvos constantes de rejeição. Isso provoca dor, constrangimento e, muitas vezes, o desejo de adequação a padrões brancos. O corpo negro torna-se um campo de conflito, marcado por um processo de subjetivação que rejeita a própria identidade racial. Essas experiências impactam a autoestima e comprometem a relação dessas crianças com o espaço escolar e com o conhecimento.

Fúlia Rosemberg (2014) observa que a suposta neutralidade da escola, ao tratar todos como iguais, ignora desigualdades históricas e reforça a exclusão. A ideia de universalidade, quando desconsidera as especificidades raciais, impede o reconhecimento das crianças negras e fortalece o sentimento de não pertencimento. Esse apagamento curricular, somado ao silenciamento das vivências negras, configura um ambiente hostil para a construção identitária dessas meninas.

Sueli Carneiro (2005) contribui para essa discussão com o conceito de epistemocídio, que denuncia a negação dos saberes produzidos por grupos historicamente oprimidos. Na escola, isso ocorre quando o conhecimento afro-brasileiro é ignorado ou tratado de forma superficial e folclórica. Ao legitimar apenas os saberes eurocentrados, a escola reafirma a ideia de inferioridade da negritude. Além disso, as relações interpessoais também operam como espaços de discriminação, onde meninas negras são frequentemente vistas como desobedientes ou agressivas, enquanto raramente são reconhecidas por suas habilidades e lideranças.

Apesar desse cenário, há forças de resistência. O Movimento Negro, conforme destaca Gomes (2017), atua como agente pedagógico ao propor políticas de ação afirmativa, inclusão curricular e formação docente antirracista. As pedagogias interseccionais e decoloniais apontam que transformar a educação infantil exige mais do que inserir temas raciais no conteúdo: é preciso reorganizar práticas e relações pedagógicas a partir da escuta, do afeto e da valorização das histórias negras. Para garantir o direito à identidade e à dignidade, a escola precisa ser espaço de

reconhecimento e não de negação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a educação infantil pelas lentes da raça e do gênero nos obriga a encarar uma realidade frequentemente invisibilizada por discursos que sustentam a neutralidade pedagógica e a igualdade formal. Contudo, como foi discutido durante este trabalho, meninas negras não vivenciam a escola de forma neutra ou igualitária. Desde cedo, enfrentam a ausência de referências positivas, práticas pedagógicas silenciadoras e relações que reforçam um modelo social excluente e hierárquico. Sua identidade é moldada por opressões raciais e sexistas presentes nas instituições educativas.

As primeiras experiências escolares refletem a estrutura social brasileira. Em vez de acolher e valorizar diferenças, muitas vezes reproduzem o epistemicídio, que denuncia a negação simbólica dos saberes e existências negras, perceptível na exclusão de conteúdos afro-brasileiros e no controle dos corpos negros. Assim, a escola, em vez de emancipar, reafirma a ordem racial vigente.

Apesar dos desafios, há possibilidades de resistência. O Movimento Negro, como aponta Nilma Lino Gomes (2017), tem sido essencial na luta por uma educação justa e representativa, com avanços como a Lei 10.639/2003, as diretrizes para as relações étnico-raciais e políticas afirmativas. Educadores críticos têm criado práticas pedagógicas que valorizam identidades negras e enfrentam desigualdades desde a infância.

Para que a escola cumpra seu papel social, é preciso abandonar a ideia de que tratar desigualmente é injusto. O princípio da equidade deve orientar as práticas, reconhecendo que meninas negras enfrentam o racismo e o sexismo desde a infância e necessitam de espaços onde se sintam representadas e valorizadas.

Nesse processo, o papel dos educadores é fundamental. Uma educação antirracista exige formação docente capaz de reconhecer preconceitos e atuar com ética, criticidade e afeto, é necessário também repensar o currículo, partindo do ponto de que ele deve incorporar os saberes afro-brasileiros como eixo transversal, oferecendo representações positivas da população negra e saindo deste lugar eurocentrismo.



Garantir uma educação infantil antirracista e sensível ao gênero é uma responsabilidade coletiva da escola, das famílias, das políticas públicas e da sociedade. A infância é um tempo decisivo. Se queremos um país mais justo, devemos começar ouvindo, cuidando e valorizando aquelas que foram historicamente silenciadas: as meninas negras. Criar espaços onde possam se ver em sua plenitude é um ato de justiça histórica. A escola que queremos deve afirmar, com ações concretas, que todas as infâncias importam especialmente a infância negra, que merece viver, crescer e sonhar livre do preconceito.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Identidade; Práticas Pedagógicas.

## Referências

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. Feusp, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, v. 1, pág. 167–182, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

ROSEMBERG, Fúlia. Educação infantil e relações raciais: a tensão entre igualdade e diversidade. **Cadernos De Pesquisas** , v. 153, pág. 742–759, 2014.